ANTÓNIO DE SÈVES

A REVOLUÇÃO FRANCESA

E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

PRO DOMO

ANTÓNIO LIMA

PRO DOMO — LISBOA

A REVOLUÇÃO FRANCESA
E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

OBRAS DO AUTOR:

Leomil — Novelas regionais (Esgotado)

Resposta à História do Crime — Contra-minuta forense (Esgotado)

Desenvolvimento Económico da Bélgica — Resumo histórico (Fora do mercado)

Plano de Sistematização dum Código Consular (Fora do mercado)

Le Général Carmona — Ensaio sôbre o 28 de Maio (Separata da *Revue Belge*)

Questões do Extremo Oriente, 1939 — Notas de Política Internacional (Fora do mercado)

Ourique e 1640 — Ensaios (Esgotado)

Resumo dos Interêsses de Portugal no Brasil — Visão duma Política (Fora do mercado)

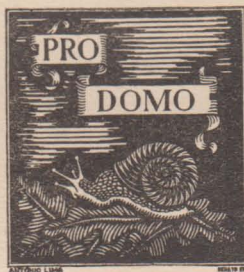
O Senhor Dom Duarte — Sentimento histórico do Rei (Separata do *Alèo*)

A ENTRAR NO PRELO

Verdades Ocidentais (Ensaios)

ANTÓNIO DE SÈVES

A REVOLUÇÃO FRANCESA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Conferência lida na Sala Algarve da Sociedade de Geografia, na noite de 23 de Maio de 1944, sob a presidência de S. Ex.ª o Conselheiro João de Azevedo Coutinho

PRO DOMO

Astrogildo Fernandes
Rio
3. 11. 1962

LISBOA — MCMXLIV

A QUANTOS, NA RONDA DOS SÉCULOS, ERGUERAM E DILATARAM A ORDEM OCIDENTAL — E AOS QUE AINDA, NESTA HORA, A SENTEM E DEFENDEM.

UMA perfeita compreensão do violento vendaval que sacode o Mundo e dos riscos e perigos que êle espalha, obriga as boas vontades e intenções claras a depor, com seriedade, àcêrca dêsses mesmos riscos, perigos e suas causas.

Tudo o que possa esclarecer — não é demais; analisar, de novo, mitos perturbadores até lhe mostrar o verdadeiro sentido — é benemérito. E aqui se encontra a principal razão destas páginas.

Está, na verdade, longe de ser um puro luxo de crítica lembrar nesta hora

a Revolução Francesa. As modernas repúblicas, os neo-cesarismos, os comunismos recentes — todos os conceitos materiais da vida, que hoje se chocam e mal deixam ouvir uma ou outra voz de fino timbre ocidental, são, indiscutìvelmente, o resultado de quanto ergueu e lançou, na Europa, a chamada Revolução Francesa.

É evidente que a Civilização Europeia, passadas as lutas contra os Infiéis, foi, a primeira vez, ameaçada de morte pela loucura da própria cidade que melhor tinha definido, se não a sua alma, a sua fé expansionista e avassaladora — isso coube aos Portugueses — pelo menos o *espírito*, a *sociabilidade* dessa Civilização.

Convém estudar, por isso mesmo, a urdidura dêsse espantoso *caso* para melhor compreender o fenómeno da universalização dos seus males — e ver, no seu desenvolvimento, como êle se produziu, porque vingou, que

elementos entraram realmente na sua formação e no seu crescimento.

Compreender é já construir, estabelecer uma ordem, remediar, afirmar superiormente a vida. Homens e povos só são batidos, escravizados, reduzidos, quando êles mesmos se desvirtuam, perdendo a consciência das fôrças que os definiram e impuseram. E se o instinto ou o sentimento, enfraquecido ou adormecido, não chega para dar essa consciência, é indispensável que a inteligência a procure e a revele, livre de velários de qualquer paixão.

Sejam, portanto, quais forem as nossas tendências e a eficácia que se atribua ao que vai ser dito, não é excessivo procurar desfazer as névoas que envolvem ainda a convulsão geradora de tôdas as catástrofes que nos cercam, ameaçam — e a que só poderemos contrapor, a nossa vontade, a nossa firmeza, o conhecimento

perfeito do que somos, e, sabendo o que somos, do que queremos.

Mas, para o conseguir, não podemos ceder a simpatias ou a antipatias, a idéias feitas ou acarinhadas, a ressonâncias de princípios ou de convencimentos em que, por facilidade ou preguiça, nos tenhamos còmodamente instalado. Há que descobrir, custe o que custe, tôdas as verdades por mais fundas que estejam — e olhá-las de frente, abranger a sua complexidade, confiná-las nos seus traços característicos, vencendo a surprêsa ou o espanto que nos provoquem. E é só êsse o trabalho que, afoitamente, vou tentar.

OITENTA E NOVE
E AS ASSEMBLEIAS
SOBERANAS

A crítica da Revolução Francesa não está feita. Como nenhum povo ofereceu nunca, num desvairo, tão variada e alta beleza dramática, personagens, cenários, atitudes e frases de maior vileza e de maior aprumo — das violências, dos discursos, dos cadafalsos, das explosões de pólvora e de palavras — dêsse fragor de séculos ruindo, em que a loucura conseguiu ser gloriosa e ser eloqüente, ficaram ecos, impressionantes fundos de apoteose e de calvário, emanações dum bravo sentimentalismo declamatório e heróico, que perturbaram a sensibili-

dade e obscureceram a lucidez de muitos espíritos. E, durante anos, serviram-se dêsses ecos e dêsses quadros, ao sabor do redemoínho dos interêsses, paixões e conceitos mal fundados, os mais inteligentes, os mais hábeis e os mais medíocres.

Só há pouco começou a penetrar-se nos escombros sem rescaldo, a poder descobrir-se, aqui e ali, sem preconceitos, algumas verdades que logo lançaram, no escuro das confusões, uma álgida luz que arripia. Quanto, depois de 93, se passou e passa, na França e na Europa, tem as suas raízes profundas nos êrros, nos crimes, no *que se forçou a ser* a Revolução Francesa e nos abalos, nas convulsões que *êsse forçar* provocou. Todos os acontecimentos dessa época. ricos de múltiplo sentido, foram encobertos ou desfigurados por vagas de oratória, gritos de heroísmo e comentários tendenciosos ou impressio-

nistas, que sempre falaram muito mais à emoção descuidada do que à inteligência crítica. Felizmente o Povo, nos seus grandes movimentos, fala por meio de símbolos — e êsses dizem sempre aquilo que o Povo quis dizer. O povo de Paris não tomou o Louvre, tomou a Bastilha; não atacou a sede da Realeza: assaltou os muros dum baluarte feudal. E é êste o primeiro facto a fixar para não nos perdermos.

O Povo de Paris, mesmo acicatado pelos agitadores, não se levantou contra a Monarquia, a Dinastia, o Rei de França: levantou-se contra as reminiscências feudais — contra o que ficara dos velhos privilégios, dos anacronismos condenados pela própria marcha do Estado e da Nação francesa, expressa na linha evolutiva da sua História.

Não havia, no Louvre ou em Versailles, qualquer tirania a vingar. A

aliança entre o Rei e o Povo já era sólida em Bouvines. A regência de Branca de Castela reforçara-a. Luiz IX, o Rei S. Luiz, distribuindo a justiça em pleno campo, lavando leprosos, cuidando dos pobres, tratando como filhos ou irmãos os bandos desamparados, acrescentara a essa aliança uma incomparável doçura. E todos, depois dêle, lhe tinham dado bonomias de pai, sérios cuidados de govêrno, e essa valentia e essa prudência de soldados briosos e subtis diplomatas, prontos a bater-se ou a celebrar acôrdos, na primeira linha dos interêsses da Pátria. O Povo sabia quanta protecção e bondade devia ao Trono. As Monarquias cristãs tinham acabado com a escravatura romana e com a servidão feudal. O instinto segredava-lhe que, no Govêrno, só os Reis podem ser bons, leais, generosos, justos até à santidade.

O «l'Etat c'est Moi», atribuído a Luiz XIV, não afirmava um poder

discricionário: proclama a vitória final do Estado e do Povo contra os senhores que dividiam e subdividiam a França e sujeitavam os povos a prepotências locais. Era a declaração desassombrada da unidade política obtida, dum único poder numa nação una, representada só na pessoa do Rei como só o Pai representa a Família. Tinham desaparecido os particularismos, as lutas, os pequenos estados à volta dos castelos. Às mesnadas, às hostes, sucedera o Exército nacional. As altas funções públicas estavam abertas a todos; todos eram iguais perante Deus e o Rei. Havia um Estado constituído, uma Nação acabada. Mais: a França criara-se; e, absorvendo a piedade cristã, a claridade helénica e o gôsto italiano, criara o próprio tipo da Civilização Ocidental.

Destruído o Feudalismo, a Monarquia acabara com o Poder da Fôrça, substituindo-o pelo Poder da Justiça.

O desenvolvimento da Casa Capeto, até se tornar Estado e Nação, apoiara-se nêsse sentimento e nessa idéia. Ao mando despótico dos Senhores os Reis opuseram um mando espiritual, amorável e firme. E, externamente, ao capricho das guerras para humilhar rivais ou alargar domínios ao acaso, sobrepuseram o *heroísmo contido*, sujeito ao serviço exclusivo da vida da Nação. A França nunca fôra oferecida pelo Antigo Regimen, à simples glória das armas, a bravuras nocivas à sua segurança. A autoridade vinda do coração — o governar *com a alma* — foi a origem e a fôrça da Legitimidade Real. No Feudalismo, fora da família de sangue nobre, não havia senão servos e coisas. Na Monarquia, os súbditos eram todos filhos. Substituira-se o poder brutal do dono pelo poder dignificante do Pai ; e as decisões arbitrárias deram lugar às sentenças.

* * *

Infiltrações italianas, apressadas assimilações do Direito Romano e do Espírito Grego — os desvios dos Séculos XV, XVI e XVII, provocados pelas longas crises, não haviam alterado a essência, as bases dessa democracia realenga da Idade Média, saída da religiosidade dos Reis e das franquias crescentes das cidades e burgos, atenta ao sofrimento dos fracos e à política de unificação contra os grandes. Êsse tipo de Estado criado pela Europa, inspirado pelos sentimentos de fidelidade, de fraternidade e piedade cristãs e ordenado pelo Direito Natural vindo dos mesmos sentimentos, era necessàriamente irreconciliável com cesarismos passados, ressaibos pagãos, sistemas materialistas e escravisadores. Qualquer construção política que, regressando, pretendesse derivar a sua

estrutura abstractamente da Lei, em vez de a fundar humanamente nos laços de Família, estava condenada pela altura criadora do Espírito Europeu. A França inteira sabia que o sentido profundo da Autoridade Real, a *paternal intimidade* do Rei com o seu Povo, nenhuma alteração sofrera: completara-se apenas, quando os Senhores, em Versailles, foram reduzidos a simples camaristas.

O «l'Etat c'est Moi» não era outra coisa. Á mesa de Luiz XIV sentava-se qualquer enquanto houvesse lugar. O Rei e o Povo passeavam livremente nos jardins reais. E, até por isso, nêsse momento, surgiram as questões complementares. A unidade política chamava a unidade administrativa, a igualdade civil e penal, a reforna da justiça, do fisco, a abolição das fronteiras internas, dos direiros feudais, dos privilégios, das distinções e divisões cuja razão de ser desaparecera. O Sol de

Versailles era o Sol de todos os Franceses. A França moderna aparecia, a plena luz, depois do labor contínuo dos Capetos e do Povo. Era preciso compreendê-lo. E Luiz XV compreendera-o, favorecendo, com Maupeou e Terray, a evolução que se impunha. Luiz XVI encarregou Turgot e Necker de a seguir. A demolição da Bastilha estava decidida antes do assalto de 14 de Julho. Às reformas urgentes só se opunham os nobres e os magistrados — os que se sentiam atingidos, os que desejavam manter privilégios, mesmo quando os privilégios já não correspondiam a serviços. Em 76, o Rei era o primeiro a lamentar que o Bem Público só fôsse apoiado por êle e por Turgot. O Povo pressentia-o, adivinhava-o, — e, por isso mesmo, quando em 89, põe, com firmeza, as questões prementes, põe-nas perante a Monarquia, perante o Rei; e, como sempre, contra os Senhores, a favor da conti-

nuação lógica e necessária da obra secular da Dinastia.

Também por isso, em 89, nos Estados Gerais não há um republicano, como não há um republicano na Constituinte nem nos primeiros tempos da Legislativa. Em 89, nada agravava a Realeza: tudo se opunha aos vestígios feudais — e só êsses se defendiam e lutavam. As Côrtes de Justiça, togadas e nas altas cadeiras, queriam sobrepôr-se ao Govêrno. Os altos tribunais, criados séculos atrás a favor do Povo, esquecidos da sua origem e dos seus fins, batiam-se pelas prerogativas arcáicas. Os príncipes de sangue, por seu lado, como no tempo dos «Armagnacs», dos «Guises», dos «frondeurs», também faziam cálculos, procurando o trono através da desordem. Mas nem uns nem outros queriam atingir a Corôa: uns defendiam interêsses que a evolução condenara; outros queriam simplesmente que a

Corôa mudasse de cabeça. E, na longa série dos atentados, das revoltas, das rebeliões e conspirações de Paris, o que se apresentava a Luiz XVI, em 89, era benigno.

As crises de crescimento da França tinham sido terríveis. As várias épocas da Idade Média e da Renascença, os diversos períodos de transição foram marcados, em França, por convulsões perigosas para a Nação e para o Estado. Entre o municipalismo dos galo-romanos, o individualismo feudal, o corporacionismo mercantil e regional dos flamengos, o neo-paganismo italiano, o catolicismo de Roma e o misticismo celta, o Trono Francês teve que se definir e afirmar — e definir e afirmar a nacionalidade. A última dura batalha, porém, na longa série de batalhas travadas pela unidade francesa, dera-se no tempo de Luiz XIII e de Richelieu, seguida de perto, pelas «Frondes»,

que Mazarin, mais diplomata que homem de Estado, provocara. Em 89, nada atingia o Rei. Enquanto os Estados Gerais eram convocados, o Rei era chamado «*Querido da Nação*».

*
* *

Em 89, nada atacava a Corôa nem podia atacar. Tomada a Bastilha, viu-se que o chamado despotismo guardava lá dentro sete prêsos vulgares. Competiria à tirania da Revolução tornar pequenas tôdas as cadeias e regar de sangue inocente as valas e os patíbulos. Também as despesas da Côrte e as finanças da Realeza de Versailles, mesmo incluíndo as galanterias de Luiz XV e as festas bucólicas do «Petit Trianon», aparecerão modelares, confrontadas com a administração

das Assembleias, a vida de Danton, os gastos e negócios do Directório e o fausto brutal do Primeiro Império. A Monarquia não estava em causa. A Guarda Nacional, deixando o verde da Casa de Artois e tomando o vermelho e o azul da divisa de Marcel — o homem das liberdades anti-feudais do século XIV — juntara-lhe o branco do pendão real. A bandeira tricolor vem daí — tem às côres das liberdades públicas, aliadas ao branco da Realeza.

O sentimento nacional da França não esquecera a sua origem. Mesmo depois de Varenne, a Constituïção de 91 declarou a pessoa do Rei inviolável e sagrada. A França não queria uma Revolução : queria reformas, queria evoluir, como a Inglaterra evoluiu, à sombra do seu trono, sem provocar derrocadas. O que se diz dos enciclopedistas, dos nobres, do Parlamento, da Independência da América — o

choque das necessidades que se impunham e das reacções que as não compreendiam, não tinham conseguido levar mais longe os sentimentos espontâneos do Povo francês. Desenvolvido, par a par, com a *consciência francesa* dos Capetos — em que a *concepção gauleza* de Clovis se confinara nas necessidades da segurança externa — o instinto colectivo da França era seguro, não podia traí-la. Ninguém pensava em República. Sieyès, Mirabeau, Danton, Marat, Robespierre eram monárquicos. E os Girondinos que, por êrro de cálculo, atacaram o Rei, procuraram retroceder, mal sentiram que êsse êrro os perderia.

A própria Constituïção de 91 — tão criticada por Mirabeau, repêso, talvez, do fruto dos seus arreganhos — pelos tumultos causados, pelas questões levantadas sem mandato da Nação, pelo pressentimento dos males dos seus excessos, provocara um sincero desejo

de paz e ordem interna à volta da Realeza. As sessões parlamentares, o tempo gasto a analisar mil pormenores sem conteúdo real, o construir teoremas e teoremas pelo gôsto dialéctico de os demonstrar, o mundo enfático e sonoro em que a música das palavras passou a valer mais do que as idéias, as crescentes dificuldades financeiras, a devoradora miséria pública — as angustiosas incertezas, após tão belos rasgos oratórios e gestos tão altaneiros, levavam a França a desconfiar dos *princípios* e a temer a eloquência. Havia a consciência dos desmandos, das paixões, dos intuitos ocultos que alteavam o peito dos oradores. O verdadeiro sentimento nacional, a seguir a Varenne, tinha-se apercebido dos riscos, dos perigos, de todos os males erguidos nos discursos. A França não queria mais sobressaltos. Mas, desgraçadamente, nêsse momento, o Poder já se tinha deslo-

cado; e, deslocando-se, alterara a sua estrutura e o seu conteúdo.

Transformados em Constituinte, os Estados Gerais haviam-se tornado Assembleia Soberana. Reünidos para pedir, tomaram, sem o menor discernimento, com o *direito de reclamar*, o *poder de decidir*. E, cedendo a impulsos sentimentais e legalismos abstractos, os homens de 89, como puros panfletários, sempre a falar na representação do Povo e no uso dos deveres e direitos que êles confundiam, pretendiam alargar cada vez mais a parcela de poder que lhes cabia; impô-la em cada debate; e assimilarem a soberania total da Assembleia até se sentirem, êles próprios, os únicos soberanos. Desfeita a rebeldia dos *Senhores*, aparecia a rebeldia dos *deputados*. Ao feudalismo dos *Domínios* — apesar de tudo, responsável e condicionado à prestação de serviços — sucedia o feudalismo dos *Circulos*, irresponsável, li-

vre de obrigações; ao sentido da honra, da bravura e da lealdade dos guerreiros, sucedia a contemporização, o comodismo, o oportunismo burguês; e ao interêsse nacional sobrepunha-se o interêsse das clientelas.

Depois de Varenne, não se deslocara apenas o fundamento do Poder: partira-se a sua unidade, com tanto custo obtida; baralharam-se funções; entregara-se, com uma incompreensão que aflige, aos *reclamantes*, aos *procuradores*, aos *representantes*, as *togas* de advogados e as *varas* de juízes. O que não se consente a um simples juízo de paz, estabeleceu-se no mais alto órgão do Estado.

As doutrinas sobrepunham-se às realidades, os discursos aos actos do Govêrno, as lógicas discursivas às necessidades da Nação, a flutuação das opiniões partidárias ao sério juízo da opinião pública. A um poder espontâneo, natural, ungido,

assente nos mais profundos fundamentos da vida humana, limitado por séculos de preceitos morais, único que fizera a Nação, antepunham uma soberania pulverizada, dividida, variável como os conceitos jurídicos, sujeita às decisões das urnas, aos caprichos das massas, à apatia oscilante das maiorias, ao sucesso precário da voz dos oradores.

Tôdas as ambições, as mais vazias, as menos claras, tinham o campo livre. Os mais astutos, os menos escrupulosos, podiam governar. Os Estados Gerais que nada tinham feito pelas reformas necessárias, transformados em Assembleia Soberana, juntaram, aos problemas existentes, os problemas que não existiam — e não resolveram nenhum. Dos Estados Gerais e da Constituinte, só saiu, triunfante, Mirabeau, como da Legislativa e da Convenção só sairam, triunfantes, Danton e Robespierre. E todos êles, sem fundo

sólido, no meio das confusões que levantaram, levados pelas conseqüências inesperadas dos próprios expedientes, não pensaram nem podiam pensar na França — pensaram nêles, pensaram em mandar.

Mirabeau, génio de leão ferido, saido da sombra das masmorras e da violência de tôdas as paixões, desenraízado, trânsfuga, atacou para se impor; quis obrigar o Trôno a aceitar-lhe e a pagar-lhe os serviços; jogou na *popularidade;* impeliu a Assembleia para as grandes atitudes, fazendo-a esquecer o que a Nação reclamava. Resolvido a abalar a Ordem que o repelia, lançou chamas, minou numa desenvoltura; e criou, de entrada, uma atmosfera perigosa de desobediência insolente, confiado na bondade do Rei e na solidez da Monarquia. Uma noite, porém, nêsse cachão que a voz de Mirabeau revolvia, um titular sem terras, sem rendas, sem nada, um Noail-

les, subiu à tribuna — e, com o altruísmo dos pobres, declamou exaltado, renunciou a tudo o que não tinha. O delírio tomou a Assembleia — e todos se despojaram, caíram sôbre a França, derrubaram tudo, atiraram-se como loucos aos abismos. De madrugada, sôbre destroços fumegantes, declararam, poeticamente, como se recitassem Rousseau, «os direitos do cidadão» sem falar sequer nos seus deveres. Parece que choraram, se abraçaram, embriagados pela própria exaltação. A seguir, quiseram que se cantasse um Te Deum. E o Rei foi proclamado «Restaurador das Liberdades».

A sensibilidade literária batera o tino governativo. Sieyès — que só desejava que o *Terceiro* fôsse alguma coisa — Mirabeau que apenas queria alcançar o Poder — tiveram então o primeiro estremecimento, adivinharam os perigos dum caudal sem leito. A

partir daí, ninguem mais governou. Aguardou-se tudo da Assembleia, da Constituinte — e a Constituinte, tendo de ouvir e de resolver, sem tempo para pensar, realizou a obra prima de desorganizar o Estado e retalhar a Nação. Na noite de 4 de Agosto, razando tudo, a Constituinte sobrepôs, aos problemas urgentes de 89, todos os problemas que se elevaram das ruínas inconscientemente feitas nessa noite. E, cheia de apreensões, a vida a condenar a sua lógica aérea e a sua geometria teimosa, com um pretexto encontrado, transferiu as suas responsabilidades, desapareceu, cedeu o lugar ao fogo, à leviandade, à mocidade soalheira, incompetente e palradora da Gironda, que as novas eleições trouxeram a Paris.

*
* *

Na Legislativa, agravaram-se, por isso, os males da Constituinte. A glória da Tribuna impera, com maior vigor. Importa mais falar bem que bem governar. A língua francesa, trabalhada, nos últimos séculos, pelo bom gôsto das conversas e pelo talento dos escritores, tornara-se um incomparável instrumento de expressão, de finura, de beleza. Transferida das Academias, das Escolas, dos Salões, onde nascera e ganhara inteligência, recorte, espírito, poder de análise, uma incomparável claridade e uma subtil fluidez — perdeu o equilíbrio, o rítmo, as suas suaves e lúcidas maneiras. Usada na Tribuna, forçada a todos os exageros e a tôdas as dialécticas, descompôs-se, reclamou direitos absolutos em cada reünião dos clubs e em cada sessão da Assembleia.

Os Girondinos só discursaram. Vergniaud foi o seu temor. Desgraçadamente a suas árias não se dirigiam a mulheres de branco, num palco enluarado : dirigiam-se ao Poder, ao Estado, à França em crise. E, para atingir o Poder, atacavam com frases líricas, gestos de estatuária e torrentes de eloqüência, ferindo a sensibilidade, destruindo a razão em nome do racionalismo, sob a influência literária e anacrónica do Mundo Antigo, do Mundo Pagão da Decadência. Pensando na Grécia e em Roma, repetiam a política de Mirabeau, sem repetir a sua fôrça e o seu génio — e quando a França, vendo subir continuamente o déficit, a confusão do govêrno, a perturbação nas ruas, já não pedia reformas, suplicava socêgo.

A França não queria a República — e ninguém se atreveu a proclamá-la. A Constituinte quis conservar a Monarquia. A Legislativa não proclamou

a República nem quis a responsabilidade de abolir a Realeza. A tremer de mêdo, diante da vaza impelida por Chaumette, Santerre, Fournier ou Merlin, titubeando, só teve fôlego para suspender o Rei e entregar a Família Real à Comuna. A Convenção aboliu a Realeza, mas também não se atreveu a proclamar a República. A República, diz um historiador, foi tàcitamente decretada.

No próprio julgamento do Rei, a Convenção vacilou. Vergniaud, medindo as suas faltas, a consciência oprimida, propôs uma consulta ao Povo. Vergniaud quis fugir ao despotismo, à crueldade, à inconsciência dos tumultos e ao pânico da Assembleia. O próprio Manuel, cansado da comédia das fúrias e dos chuços que faziam votar os deputados, abandonara, com tédio, a Convenção. A proposta de Vergniaud entregava o Rei ao sentimento da França. Mas Robespierre

e Marat, ameaçados, jogaram tudo: desacreditaram os Girondinos; ergueram suspeições; baralharam, confundiram, aterraram. E, às três da madrugada, o cansaço, o temor, o desejo de defender as próprias cabeças, arrancaram, a custo, a uma assembléia exausta e coagida, uma pobre votação discutível e discutida, engrossada pelo boletim do Duque de Orléans — que continuava a esperar dos fados, no meio da desordem, o dom magnífico da Corôa de França.

* * *

Em 89, havia uma imperiosa necessidade de reformas, que os privilegiados, tornando precária a vida dos ministros, haviam impedido. Em 92, só apareceram ambições pessoais, des-

vairados desejos de mando, juízos ao sabor das atmosferas criadas por cada artigo, por cada discurso, por cada arruaça. Em 92, ninguém pedia reformas: pràticamente, ninguém sabia o que queria. Ninguém pedia nada senão altos castigos, ninguém levantava a voz senão para clamar. Não havia um programa, um simples esbôço de sistema: só havia palavras, gestos, explosões de ódio. Cada discurso dos homens que arrastaram a escória de Paris, eram puras detonações de fúria dialéctica. Não se pensou num regime, numa ordem, num poder: pensou-se em condenar, tomar conta do govêrno, mandar de qualquer modo. Por isso mesmo, não se proclamou coisa alguma: gritou-se pela Liberdade, pela Revolução, pela Pátria em perigo. Acusou-se criminosamente — e pôs-se a guilhotina a trabalhar, em nome da fraternidade humana.

As assembléias soberanas, entre-

gues a si próprias, tinham deixado cair o comando nas mãos sujas do ódio, da incapacidade, das ambições salteadoras. As assembléias soberanas, como pobres mulheres de «trottoir», entregavam-se ao despotismo violento e grosseiro dos que sabiam surpreende-las e dominá-las. Quando se resolveu assaltar as Tulherias e atingir o Rei para esmagar os Girondinos, Danton fez comparecer no Município o comandante fiel da Guarda do Palácio—e, simplesmente, mandou-o matar. A seguir, levou o pânico à Legislativa. E o govêrno da França, obedecendo à desordem, passou a ser exercido pela Comuna de Paris, rebelde, anarquizada, composta segundo as ordens de Danton — que Robespierre, ciümento, disfarçado, aguardando, atentamente seguia e vigiava.

Em 10 de Agôsto de 92, não é Luís XVI quem abdica. Vergniaud entendeu-o: ao ver entrar o Rei na

Legislativa, perante o silêncio da Assembléia, jurou-lhe, de pé, defender, até à morte, as autoridades constituídas: a Corôa, o Govêrno, a Assembléia. E foi essa mesma Assembléia, o mesmo Vergniaud, o mesmo govêrno Girondino, quem, a tremer, diante de Robespierre — que atirara, enfim, a sua carta — traíu a Constituïção jurada, o Rei, a Monarquia, a França — e se dissolveu, se suïcidou, transferindo para a Convenção a sua cobardia. Em 10 de Agôsto, não é o Rei quem abdica: é o novo sistema que falha — e entrega a França ao Terror. É a Assembléia Soberana que, sem saber usar do poder que reclamara e lhe haviam dado, recua, vacila, receia, falta ao juramento, ao mandato, à honra, se exautora a si mesma, deixando a sua indecisa e brilhante maioria, de cabeça pendente, à espera da guilhotina.

Em 10 de Agôsto, não é o Rei,

agindo constitucionalmente, quem se diminui, quem não actua, embora se sacrifique: quem se condena é a Legislàtiva, o que soçobra é a Assembléia Soberana, a obra da Constituinte. A Legislativa, em 10 de Agôsto, trai a França, a Constituïção, o Rei, como em 2 de Junho, egualmente tomada de pânico, diante dos canhões dum Henriot, a nova Assembéia, a brava Convenção, há-de trair e entregar os Girondinos, Danton, todos, até entregar e trair o próprio Robespierre. Também, mais tarde, as duas Assembléias do Directório abandonarão o poder diante das espadas de Bonaparte, como a Constituinte, a Legislativa e a Convenção, o haviam abandonado, diante dos chuços dos «sans-culottes».

A história da Revolução não é a história da extinção do sentimento monárquico da França nem dum movimento contra a Monarquia: é a história da incapacidade governativa das

assembléias francesas — e dos crimes, cegueiras, vaidades e ambições dos homens que se opuseram aos sentimentos e aos interêsses da França.

* * *

Luís XVI era um fraco. Perderam-no as hesitações, o seu isolamento burguês, influências que o cercaram, decisões que lhe impuseram, em Versailles e nas Tulherias. Aclamando-o em Versailles, chamando-o a Paris, a gente dos bairros, prêsa ao Trono, apesar do fumo do alcool e dos instigadores, inconscientemente, apontara-lhe o caminho: dominar a desordem, vigiar Paris, estar perto do Povo, governar.

Não foi êle, porém, quem desejou a demissão de Turgot, como não

foi Maria Antonieta quem apeteceu a queda de Necker. Não foi êle quem impediu que a Monarquia completasse a obra secular de unificação política e administrativa da França.

Com a inteligência da Raça — uma nobreza que esmagou a Assembléia, em Versailles, em 15 de Setembro, e aterrou, no cadafalso, os convencionais — Luís XVI procurou servir o interêsse público, abnegada e conscientemente como ninguém. Ninguém como êle, durante a Revolução pensou tão pouco em si próprio e tanto na França.

Antes de 89, já tinha visto as medidas necessárias: autorizara reduções nas despesas da Côrte, abolira as «lettres de cachet», a «corvée», a tortura nos Tribunais, as «prisões de Estado», as alfândegas internas, — decidido a seguir os trilhos centenários colocados pelos seus Avós.

Entregara-se, totalmente, ao amor da França e dos Franceses. Lamentava,

amargurado, que o tivessem forçado a separar-se de Turgot, a parar ou a retardar as medidas urgentes. Realizou, com Vergennes, uma obra diplomática de interêsse nacional que ninguém conhece e envergonha Talleyrand.

Só a sua fraqueza o perdeu. Mas, ao mesmo tempo, essa fraqueza nimba de ternura a Realeza, realça as bases da Monarquia. Se lhe faltava a vontade de Luís XIV, sobrava-lhe a bondade de S. Luís. A sua fraqueza mostra, lìmpidamente, o *fundo afectivo*, o *sentido humano* da Legitimidade Real. É a brandura dum pai que não sabe castigar. Ama tanto os filhos que se sujeita a servir-los como lhe parece que êles gostam, em vez de se lhes impor como as circunstâncias ordenem.

Desejando reunir-se ao exército de Metz, voltar com êle a Paris, reformar a Constituïção condenada por quantas se lhe seguiram, pensava apenas em chamar, a Casa, filhos mais

razoáveis e restabelecer, a bem de todos, a harmonia. Queria continuar, alheio a ódios, a vinganças, a rivalidades ou invejas, clemente, sensato, amorável, a obra de seus Avós.

Queria evitar à França milhares de execuções sem motivo; o incêndio do Meio Dia e da Vendeia; os assassinatos de Lyon, de Quiberon, de Bordeus; a fome; as torpezas de 95; a dissolução, a lama do Directório; o luxo grosseiro duma côrte levantada sôbre o crime do fôsso de Vincennes; a gloriosa série de batalhas que terminaram por tirar à França as fronteiras conquistadas pela Monarquia — tôdas as infidáveis desgraças que a sua morte causou.

Só um poder de transcendente sentido moral se entregaria confiado, na esperança de impedir maiores males ao seu Povo, a arruaceiros bêbados e a deputados sem honra. Perdoando, sacrificando-se sempre, aceitando o seu

calvário, esquecido de si mesmo, com um despêgo de honrarias em que ressôa a grandeza e uma dignidade que desarmou os sicários do Louvre e amedrontou Santerre — Luís XVI respondeu às acusações facciosas e aumentou, para sempre, o fulgor, a beleza moral da Realeza caluniada.

Se não soube arrebatar Paris, desenvolto e brioso, mostrando o génio do mando, a inteligência dos momentos, o conhecimento dos homens, a fôrça da decisão, a brandura atenta, a segurança sorridente e amável dos gestos de Henrique IV — ergueu, na desgraça, sem uma mancha, a outra face das virtudes dinásticas — acrescentou uma auréola de pura isenção à expressão real da Monarquia.

O Povo compreendeu-o, chorou-o, ao vê-lo subir, com o heroísmo dos mártires e a calma dos Reis, numa fria manhã, os degraus do patíbulo. Nada alterou a sua voz pausada. Os

assassinos recearam de tal modo as suas palavras serenas que o não deixaram falar. Morreu inocente. E, mal a sua cabeça, tombou na guilhotina, a França inteira, estremecendo, lançou-se na luta, de Norte a Sul, contra Paris e os seus crimes.

Luís XVI é grande exemplo do que podem as virtudes da Realeza. Mesmo envolto nos sorrisos da jovialidade moça da sua Côrte, comprometido pelos ambiciosos, coberto de injúrias pelos amotinadores, diminuído pelos que o consideravam um medíocre — surpreendia, no Conselho, vagaroso e lúcido, os bacharéis «arrivistes» que dominavam nos *clubs*. E, nem nas horas mais desassisadas, a sua impassibilidade soberana, os séculos e as gerações, consentiram que o agredissem.

Desajeitado e gôrdo, mas tão perfeitamente cortês que o embaraçava ter de discordar de qualquer e com uma

tal consciência do amor devido ao seu Povo que sempre preferiu arriscar-se a mandar metralhar, elevou, na sua dignidade, bondade, abnegação e desinterêsse, o conceito moral da Legitimidade do Poder, definido pelo génio político e cristão do Ocidente. Tudo abandonou com uma grandeza que empana o valor e desmascara o histrionismo de todos os «Césares» e «Condotieres». A França pela sua alma, aínda não deixou de rezar. Os Povos, verdadeiramente, apenas a seriedade respeitam. E por isso, não é grande nem duradoiro, o que não é respeitável.

A DESORDEM E OS SISTEMAS REGRESSIVOS

As idéias feitas pela sobrevivência dos discursos dos Girondinos e dos Convencionais, diante desta multidão de factos que, na aparência, se entrechocam e contradizem, preguntam, certamente, qual é, a data da Revolução Francesa; porque foi a Realeza abolida se a Revolução não se fez contra ela; e *como, porquê* e *contra o que* se fez afinal a Revolução.

A Revolução Francesa pode datar-se de 10 de Agôsto, de 92. É nêsse dia que a obra da Constituinte desaba — e sacrifica o Rei. Mas pode também datar-se do dia da restauração das Altas

Côrtes de Justiça; da queda de Turgot; da demissão de Necker; ou da convocação dos Estados Gerais. Pode dizer-se que a Revolução começou com a infiltração dos gôstos italianos; com a influência crescente da burguesia mercante e letrada; com as lutas religiosas; com o renascimento da cultura pagã; com a substituïção das ogivas da fé da Idade Média pelas colunas e frontões greco-romanos.

Pode misturar-se, confundir-se, adoptar-se o critério mais vistoso, o ponto de vista que mais agrade — e até, repetindo o êrro de Necker, não ver mais que uma questão económica ou financeira, onde se agitava, fortemente, mais um *fim* e mais um *comêço* da linha evolutiva da Nação Francesa. Para a França oficial, a Revolução começou em 14 de Julho; para Bainville, começou em 7 de Outubro; para outros começou na eleição da Legislativa.

Há quem escôlha o 4 de Agôsto; há quem prefira a posse da Convenção; quem insinue a jornada de Varenne; quem fale, como Bonaparte, na história do colar; e quem faça largas considerações àcêrca da guerra europeia e das primeiras derrotas cujas causas os Girondinos, por um êrro que os perdeu, imputaram ao Rei. E esta simples variedade de juízos quanto à data da Revolução, mostra quanto essa data é fugitiva, quanto é difícil fixar a data duma Revolução que *a França não quis fazer*.

A jornada de Versailles e os ataques às Tulherias não são, realmente, movimentos simples, claros, dum Povo ferido ou ofendido nas suas conveniências ou no seu brio. Os tumultos de Lisboa, pelo casamento do Rei D. Fernando, não têm sombras: são a desafronta dum Povo ultrajado na pessoa do seu Rei. A revolução popular do Mestre de Aviz, a favor da

independência portuguesa, é luminosa como um toque de alvorada: ninguém trabalha para si: nem Nun'Álvares, nem o Mestre nem João das Regras, põem questões suas: o que interessa a todos é a Independência e a Ordem da Nação. Os tumultos de Paris, em 70, são o acordar dum ludíbrio — vão direitos a um *fim*. O movimento da Restauração Portuguesa, em 1640, não joga às escondidas: ninguém pensa em ir assaltar o palácio real para dar vivas e pedir à Duqueza de Mântua que mude de residência; ninguém a detém na viagem; ninguém a faz regressar apressadamente a Lisboa, para a declarar inviolável e sagrada; ninguém pensou em ultrajá-la, diminuí-la, para a aclamar e reverenciar em seguida. Os movimentos históricos da Inglaterra também se afirmaram abertamente e depuseram os reis sem hesitar.

Uma revolução pressupõe um pensamento claro e um fim certo. Na cha-

mada Revolução Francesa, não há nada disso. Os movimentos produzidos não foram uma revolução, foram uma desordem que alastrou, turva, lodosa, sem indicação que mostrasse, desde logo, a sua natureza e onde ia ou queria chegar.

Roederer, em 10 de Agôsto, acompanhando o Rei à Legislativa, com todos os Ministros, não podia pensar, como ninguém pensava, que ia destruir o Trono e entregar a Família Real à Comuna. Lafayette, ao aconselhar Luís XVI a deixar Versailles e a regressar a Paris, não queria senão que os poderes da Corôa fôssem diminuídos ou, mais simplesmente, aproximar-se do Trono, preparar-se um papel. E é êsse carácter indeciso, indefinido, dos vários tumultos, em que o poder, pouco a pouco se foi afundando e as várias ambições fortalecendo, que explica a incompreensão, as hesitações, as faltas do Rei, dos Minis-

tros, dos próprios agentes da desordem.

Quando Luís XVI, em Versailles, chegou à varanda, com Maria Antonieta e o Delfim, os amotinados aclamaram-no e escoltaram-no até Paris. Ao chegar a Paris, no Município, entregaram-lhe, com discursos, as chaves da cidade. Depois de Varenne, foi declarado inviolável. Os sicários, introduzidos no Louvre por Danton, vexaram-no, mas não se atreveram a agredi-lo. Vergniaud, na Legislativa, jurou-lhe que a Assembléia se oporia à rua. E, acabada a execução de Luís XVI, a França inteira se ergueu, em armas, contra Paris.

O Rei entregou-se às Assembléias, julgando entregar-se à própria Nação — e foi vítima delas. As Assembléias utilizaram os tumultos para obter mais poderes do Rei — e terminaram vítimas dêles. O Duque de Orléans alimentou a desordem, à espera de subir

ao trono — e fez cair a Coroa de França na cabeça de Luís XVIII. Os Girondinos quiseram a guerra para dominarem a França — e foi a guerra que os entregou aos Jacobinos. Danton, servindo o Duque de Orléans, preparou o triunfo de Robespierre. Robespierre, utilizando o Terror, para se desfazer dos rivais — foi guilhotinado por êle. Napoleão, impondo-se pelas suas batalhas — foi mandado por elas para Santa Helena.

Os *expedientes* procurados pela ambição dos homens ou criados pelas situações inesperadas, burlaram êsses homens e essas situações, produzindo sempre resultados diversos dos previstos. E tanto aí como nas várias datas que podem ser atribuídas à chamada Revolução, se encontra a inconsistência, a insinceridade dêsses vários movimentos de rua, falhos de vontade própria e de sentido prévio.

Se, doutro modo, quisermos que a

Revolução tenha sido feita contra a Monarquia por ter sido votada a Constituïção de 91, que manteve a pessoa do Rei inviolável e sagrada — temos que reconhecer, com mais fôrça, que a Revolução foi feita contra essa mesma Constituïção e contra a Legislativa, pela Comuna de Danton, em 92; contra a Convenção jacobina, batida pelo Directório, em 95; contra o Directório, disperso à coronhada, em 99; contra o Consulado, em 804, ao proclamar-se o Império; contra o Império, em 814 e 815, ao restaurar-se a Monarquia, com Luís XVIII, quando, desde os marechais ao Povo, todos voltaram as costas a Bonaparte — e a Revolução foi findar em Santa Helena. E se quisermos que a Revolução tenha sido feita contra a Realeza, por Luís XVI, perante a comoção do Povo de Paris, ter sido executado, temos que aceitar, vencidos, que ela se levantou, mais pròpriamen-

te, contra os Girondinos e os Convencionais que a desencadearam — e caíram, batidos pelas rivalidades e pelo medo, sem que o Povo sentisse senão alívio ao vê-los guilhotinados.

Menos se entende que a Revolução se tenha levantado contra a Monarquia por as instiuïções monárquicas não serem bastante elásticas para comportar as transformações que se impunham. A Monarquia nunca se opôs às reformas necessárias à unidade da França e à igualdade e à fraternidade dos franceses. A Monarquia provocou essa obra, realizou-a — e Luís XVI não só a continuou como aceitou os seus excessos.

Se a Revolução condenou algum sistema, não foi o sistema monárquico que ela condenou. A estrutura monárquica apareceu aplaudida, em plena Revolução, quando Bonaparte, no Consulado, deu de novo à França uma constituïção monárquica e começou a proceder como

um Regente. O que a Revolução condenou foi o conceito de poder adoptado pela Constituinte — e os políticos e os expedientes governativos que se lhe seguiram.

A França, do sistema constitucional de 91, passou, em 92, galgando a constituïção da Convenção — que nunca foi aplicada — para a ditadura violenta de Danton; a seguir, para a tirania sangrenta de Robespierre; depois, para o Consulado centralizador saído do 18 Brumário; e, no fim, para o Império sagrado e universalista de Napoleão, até descansar, de novo, na Monarquia de Luís XVIII, que lhe cuidou suavemente as chagas abertas e humilhações sofridas.

* * *

Nos fins do século XVIII, o que se produziu, em França, não foi uma

Revolução: foi uma monstruosa sucessão de crimes que a impunidade alimentou e as ambições utilizaram. Êsses crimes começaram pelos descréditos, pelas difamações, pelas intrigas dos Senhores e Magistrados sem tino. O fermento assim obtido foi aproveitado pelos fins de Mirabeau, nos Estados Gerais; mais tarde levedou a massa de Paris, no 14 de Julho; e depois, em 6 de Agôsto, fêz marchar para Versailles.

Tanto em 14 de Julho, como em 6 de Agôsto, houve assassinatos. E tanto os assassinos de Launay como os assassinos dos guardas de Versailles, não responderam pelos seus crimes. A Mirabeau não convinha que a desordem morresse no berço. Sôbre a desordem, jogando com ela, como o Duque de Orléans e, mais tarde, todos os outros, é que Mirabeau esperava fundar o seu poder. E a impunidade dos primeiros assassinos

abriu, na disciplina social, a fenda por onde passaram todos os assaltantes da Ordem.

Para que Mirabeau pudesse ter dinheiro, bibliotecas de luxo, uma vida faustosa, deixaram-se tranqüilos os assassinos de Launay e dos guardas de Versailles; para que Danton vivesse largado na embriaguez da sua vida exuberante e grosseira, fizeram-se os morticínios de Setembro; para que Robespierre aparecesse um dia, sòzinho, vestido de setim azul, à frente da Convenção, e fizesse, a estoirar de vaidade, um discurso absurdo, condenou-se o Rei, mataram-se os Girondinos e decapitou-se Danton; para que Barras, Tallien, Fouché, se salvassem e enriquecessem, partiram-se os queixos a Robespierre — e, no dia seguinte, cortou-se-lhe a cabeça; para que a França não reagisse mais, o Directório, de surpresa, mandou Tallien assassinar 800 oficiais monárquicos, e

fez desaparecer, do Templo, o pequeno Delfim; para que Bonaparte se fizesse Napoleão, fuzilou-se, no mistério da noite, o Duque de Enghien, levaram-se para a Europa as questões que Robespierre levantara em França — e mataram-se gerações e gerações de franceses apenas para servir uma glória sem pátria, a queda de Bonaparte e a ruína da França.

A Revolução surgiu da desordem gerada no lôdo de tôdas as baixezas — e, ao levantar-se, horrorizada, odiando-se a si mesma, atirou-se contra as falsificações, os crimes, os homens e os conceitos que forçaram o corpo e a alma da França. A Revolução castigou-se e condenou-se a si mesma. Mirabeau referiu-se com desprêzo à Constituïção de 91; Danton, cansado, pediu o «*regresso à Justiça e ao Reino das Leis*»; Desmoulins, condoído, defendeu a criação duma *Comissão de Clemência* ao lado da *Comissão*

de Salvação Pública; Robespierre, insurgido contra o materialismo dos seus próprios discursos, decretou, à sua moda, o *Culto do Entre Supremo;* os granadeiros de Bonaparte, em Saint Cloud, atiraram, à coronhada, para o escuro da noite, os *deputados* teimosos; Napoleão, depois de mandar assassinar um Bourbon, em nome da Revolução, quis fundar uma dinastia e restabelecer, ao sagrar-se, o *direito divino;* e Talleyrand, homem da Constituinte, condenou, com vigor, a soberania das Assembléias, defendendo, no Congresso de Viena, a *Ordem Moral,* o *Poder Legítimo,* a Europa.

* * *

Nunca a História ofereceu, num período tão curto, lições tão variadas e profundas. Para impôrem a uma Na-

ção conceitos e regras que ela repelia, afogaram-na em sangue, desorganizaram-na, debilitaram-na, rebaixaram-na até atingir as últimas misérias. Mas, para além dos cálculos errados, dos conceitos improvisados, da falta de consciência nacional dos dirigentes momentâneos, a alma colectiva do Povo reagiu, lutou, num desespêro — e fez ruír as instituïções que a não definiam e devorou os homens e as leis que a não entendiam e violavam.

A sorte das Leis e dos homens da Revolução é igual: umas são revogadas, outros guilhotinados. Nunca se legislou nem revogou, nem matou mais regular e continuamente. As más leis seguiram o destino dos seus autores. No seu delírio, a escorrer sangue, a França ria, nos cadafalsos e nas ruas, das ambições, das combinações, dos objectivos dos hábeis e dos ambiciosos. Implacável, terrível, a Justiça espreitava, condenava, fuzilava,

cortava cabeças, desterrava, cobria de opróbio. Não escapou um homem nem um decreto.

Mirabeau pagou as suas faltas, morrendo abocanhado, sem atingir o poder. Luís XVI, que só soube impôr-se na desgraça, subiu ao patíbulo para aureolar a Realeza. O Duque de Orléans e o seu cúmplice Danton foram executados. Marat foi sangrado como um javali no fojo. A leviandade dos Girondinos custou-lhes a vida. Desmoulin, no cadafalso, chorando, reviu o discurso insensato do Jôgo da Bola. Robespierre, pobre doente que odiava a Vida, morreu de queixos partidos, desprezìvelmente, como um pobre animal que se acaba depressa para se não pensar mais nêle. O Conde de Provença, na miséria do exílio, expiou as suas intrigas contra o irmão. Fouché, destituído de tôdas as honras, reduzido a simples biltre, expulso da França, errando pela Áustria, recebeu

na cara todo o asco da Europa. Bonaparte não conseguiu envenenar-se, em Fontainebleau, nem receber uma bala num campo de batalha.

Era impossível. Bonaparte não se limitara a usurpar, pensando só em si, o sentimento monárquico, a generosidade, a confiança e o patriotismo da França: enganara também a confiança da Espanha, da Polónia, dos Países Baixos, da Europa inteira, a prometer a liberdade, a falar em independência, para melhor submeter os Povos ao império dos seus arcáicos sonhos alexandrinos. Bonaparte esquecera a Igreja, as Idades decorridas, os elementos que formaram e definiram o Ocidente. E foi o Ocidente que tomou conta dêle, o desterrou, o deixou, a agonizar lentamente, nas rochas duma ilha distante, para que o génio humano, que êle encarnou, fulgurasse e fulgure — e o pequeno homem, que êle foi, sofrêsse quanto devia sofrer.

A alma ocidental, heróica e piedosa, contrária à violência e ao arbítrio, pronta à doutrinação, saíu do Cristianismo — e o génio dos Evangelhos é o génio do Amor e da Justiça. Ninguém igualou a França na moldagem do tipo social da Civilização do Ocidente. Luís IX e Luís XIV, no grande quadro dos seus actos e conceitos, superiormente o exprimiram. Cabia à França, no meio duma tumultuosa sucessão de crimes, mostrar a fôrça implacável do génio da Justiça dessa Civilização. E, durante os horrores duma década em que a Ordem Europeia foi sempre renegada, essa Justiça sobrepôs-se aos erros, às infâmias, às simples fraquezas, sem um desfalecimento, sem um cansaço, serena e terrível. Desprezou quanto contrariava o sentido europeu, serviu-se de todos os que calculavam — e condenou e esmagou, sem remorsos, os homens, as traições e as torpezas.

Encapelada a desordem, essa Justiça largou a Revolução, numa doideira, fossando e destruindo, pela França e pela Europa — que também acumulara culpas — até a deixar, exangue, em Waterlow, numa encruzilhada do Ocidente, à beira dum caminho onde caíam contorsionados, ao lusco-fusco, os últimos legionários dum espantoso fantasma de Alexandre e de César, com a França ao lado, semi-morta, coberta de mil feridas.

* * *

A lembrança helénica que se adivinha nos móveis Luís XVI e o pêso grosseiro do gôsto romano dos móveis do Directório, nas frias mãos dum misantropo medíocre como Robespierre e do génio desenraïzado e universalista de Napoleão — tinham que dar no que deram. Robespierre, boian-

do, com meticulosidades e dialécticas de rábula, nas vagas desordenadas dos clubs e das assembléias, negando a Ordem Europeia, e querendo governar, autoritário, cruel, importante e pequeno, tentou, por junto, como criação política, um arremêdo irrisório de Tirania à Sparta.

Decapitada a Comunidade Nacional Cristã — obra da Igreja e dos Reis — o lúcido de vistas curtas, conhecedor das intrigas e invejas de bairro que tanto o haviam apoquentado em Arras, julgou possível, conscientemente ou não, obrigar a consciência francesa — uma vez que não podia abarcá-la — a comprimir-se, a negar épocas de evolução contínua, a recolher-se, como na Grécia ou na aurora de Roma, nos muros duma Cidade-Estado, nos muros de Paris — e quis considerar estrangeiros, inimigos, bárbaros a supliciar, os franceses que não corressem a aplaudir e a venerar a secura da sua voz, pretensio-

samente modelada, na sala dos Jacobinos.

Napoleão, nascido numa ilha, génio afeito à movediça vastidão do mar, patrício corso, mal falando francês, meditava, noites fora, mapas, cartas da África, da Ásia, do Mundo, sonhando, através duma existência apertada, um sítio da Terra, distante ou próximo, onde se erguesse, dominasse, sentisse, à custa de mil batalhas, multidões e multidões prêsas do seu olhar. E, ao surgir, como Robespierre, no meio da anarquia, sòmente ouviu o chamamento enganador dum eco antigo, dum império amoral, cínico, sem fim, despòticamente ordenado, pelos vôos triunfais das águias doiradas, sôbre cidades, campos e desfiladeiros juncados de cadáveres.

Robespierre, ruminando invejas, dores e humilhações constantes, vindo das ruelas murmurantes duma pequena cidade, não soube ver como, no Oci-

dente, o Cristianismo tinha universalizado o conceito moral e espiritual da Vida—como, partindo da *família ungida,* estabelecera a autoridade do Pai proveniente do amor dos filhos e criando a fraternidade entre os irmãos. Não compreendeu que as instituïções ocidentais se haviam desenvolvido alargando os fundamentos familiares até formar e abranger as Nações — até colocar, idealmente, os muros da *Casa* nas fronteiras da *Pátria*. E, negando-se a reconhecer o Ocidente, Robespierre, encalhou em estados políticos iniciais, procurou às apalpadelas, regressou à Grécia, sem que êle próprio, ulcerado e miúdo, tivesse o sentido helénico da Vida.

Napoleão, confiado no arranco do seu heroísmo e no poder galvanizador do seu génio, esqueceu que o Ocidente europeu deixara de ser o incerto conjunto de países bárbaros e semi-bárbaros que o Lácio pudera ba-

ter, escravizar e assimilar pela simples fôrça atractiva da superioridade da sua Civilização. Não pensou que havia uma Inglaterra desconhecida dos Romanos; uma Península onde os iberos, bravos e rudimentares, da época de César, haviam cedido o lugar a Portugueses e Espanhóis, descobridores, conquistadores e civilizadores de países e continentes que um corso nunca vira. Não pensou que a Europa nunca deixou formar impérios continentais; que não se conquistam Povos individualizados e dum grau idêntico da mesma civilização; que a espiritualidade cristã, fazendo ruir o Mundo Antigo e o seu materialismo imperial, criara *nacionalidades, personalidades colectivas,* como criara a *personalidade individual,* com almas imortais e livres; que a própria França, que êle governava, cobrindo-a de uma glória tão arcáica e ôca como a de Aníbal, deixara, há séculos, de se parecer com a velha Gália

do tempo dos pretores. E por esta cegueira, por pretenderem aproveitar, recuando, concepções de Estado, estranhas e contrárias à França e à Europa, Robespierre acabou na guilhotina e Napoleão morreu em Santa Helena.

* * *

Ninguém deve ignorar que o Ocidente construiu, ao definir-se, um novo tipo de Estado, exprimindo, em normas de direito privado e de direito público, os superiores sentimentos saídos, espontâneamente, do coração e da religiosidade dos seus novos núcleos sociais consanguìneos. Soterrada a Idade Clássica e os seus estados, em que a economia assentava na escravatura, a vida social nas lutas de classe e o Poder sòmente na Lei ou na vontade das legiões — o Ocidente,

pouco a pouco, harmònicamente, como um ser que vai crescendo, ampliou a estrutura espiritual do Lar donde surgira, tirou dele o sentido da *Legitimidade*, o conceito do *Pátrio Poder* — e, aplicando sempre os princípios com que constituíra a *família*, ergueu a *Ordem Nova*, a Monarquia Cristã, o *Estado Europeu*, totalmente diferente dos anteriores pela humanidade da sua origem, pela acção dignificadora e enobrecedora do seu mando, pela compreensiva doçura da sua autoridade.

O mesmo poder ungido, a mesma *autoridade afectiva*, encontrada nas mais belas florações da alma humana, fundara os lares, ordenara as famílias na comunidade nacional, e, continuando a alargar-se, formara a Comunidade Europeia, onde as nações deviam encontrar-se, como as famílias nas nações, independentes, livres, mas ligadas e sujeitas aos mesmos *imperativos*

morais, fixados na lei depois de gravados, a fundo, nas consciências.

O Ocidente, embora tenha herdado o Direito Romano e a Cultura Helénica, nada, espiritualmente, tem de comum com o Mundo Antigo. A Mãe Roma e a Bela Grécia, como muitos lhe chamam, deixaram, no Ocidente, traços físicos e intelectuais que se não apagam; mas a alma dum ocidental nunca poderá confundir-se com a alma dum heleno ou dum romano, até porque foi o choque dessas almas, tão diferentes, que fez desaparecer o Mundo Clássico e nascer as Nações Ocidentais.

Os homens da chamada Revolução nada disto sentiram. Inchados de pretensões, deram ao Poder um fundamento sepulto; confiaram tudo da Lei, à moda antiga, como se o Mundo não tivesse caminhado, como se a Lei valesse alguma coisa sem uma pura consciência a aplicá-la; e confundiram

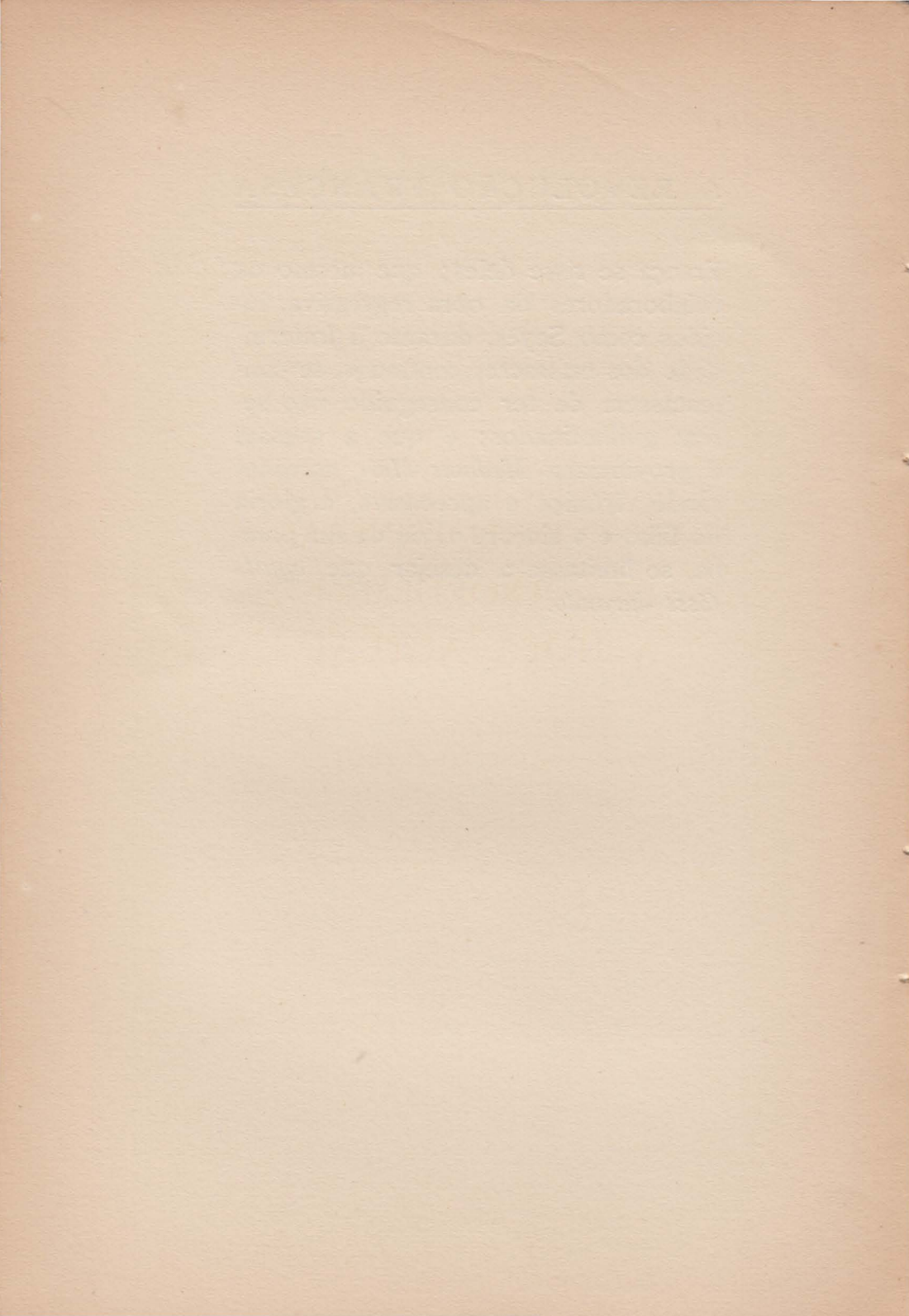
a *soberania da consciência nacional*, expressa num Poder escravo dela, com a *soberania popular*, dispersa em mil vontades confusas e discursivas.

Os fáceis leitores de Rousseau e da História Antiga não descobriram mais nada. Repudiando a frescura duma Civilização que sobrepusera a santidade a todos os valores humanos, encontrara a ogiva para dar aos seus monumentos o ar alado duma ascensão perene, desabrochara a lealdade e a honra na flor sem par da Cavalaria, se distinguira pela nobilitadora vontade de servir, se ultrapassara, ultrapassando tôdas as misérias humanas, no deslumbramento dum íntimo fulgôr — os homens de 92, 93, 95 e 99, incapazes de produzir, num dia, uma obra que, de longe, pudesse irradiar a doce luminosidade desprendida do labor sincero e contínuo da vida secular de uma Nação, tiveram que se perder, como violadores de túmulos,

pelos vales da Hélade e catacumbas do Lácio, em busca de ossadas dispersas, de arcaboiços de instituïções de mundos desaparecidos, que nem a França nem a Europa podiam reconhecer.

Só lhes faltou, para toparem o cume das inovações falaciosas, abolir o *francês* e impor, como novidade lingüística, o *grego* de Homero ou o *latim* de Virgílio; e, num rompante de progresso ridente e adorável, substituir, nas capelas, altares e nichos saqueados, a doçura etérea, a espiritualidade atingida nas Imagens Cristãs, pelas estátuas nuas da velha Afrodite de largos flancos ou pela carcomida e cornuda cabeça do esquecido Jupiter Tunante.

Os altos *libertadores* souberam assassinar; os grandes *avançados* não fizeram mais que *retroceder*. E as suas montanhas de absurdos, erguidas declamando, explicam, por si, que a

França se risse dêles; que mesmo os colaboradores da obra regressiva, lúcidos como Seyès, durante a fraternidade dos massacres contínuos, se contentassem de ter conseguido não serem guilhotinados; e que a sensata e provinciana *Madame Mère,* considerando, irónica e apreensiva, a glória do filho e o sinistro vazio da sua pompa, se limitasse a desejar que *aquilo fôsse durando.*

AS CONSEQÜÊNCIAS DA DESORDEM E A HORA ACTUAL

O Povo é a grande fonte da vida social. É dêle que sai tudo: energia, nobreza, bondade — os sentimentos que animam os melhores braços e fecundam os melhores cérebros. Todos os escóis são filhos do Povo. As fôrças que se afirmam, as virtudes que se impõem, os valores que se seleccionam e continuam, vêm dêle. Vem dêle o sentimento religioso que desanimalizou o homem, o sentimento do Passado que dá continuïdade e altura à vida colectiva, o sentimento de Justiça que produz a Ordem, o sentimento do valor que eleva os mereci-

mentos, o sentido da honra que esmaga a vileza, o sentimento do amor que sublima a vida, a exaltação da Fé que dá milagres.

Os grandes homens são apenas aquêles que têm o poder de exprimir e tornar actuante o que de mais forte, belo e puro se cristaliza ocultamente na alma popular — e por isso a iluminam e a conduzem, dócil e enaltecida. Mas, em tôdas as fontes, o próprio movimento do caudal cria limos, lôdos, depósitos no fundo. Basta mexer a água, sem cuidado, para que os limos e os lôdos venham ao de cima, sobrenadem, turvem. E se um louco, um perverso, um insensato deixa romper ou rompe um dique, forma-se uma enxurrada.

As massas humanas são enxurradas. A água límpida é o Povo. Se se turva, é urgente condicionar-lhe a marcha, filtrá-la, reforçar-lhe as reprêsas, sem esperar que ela assente por si própria. Os primeiros crimes prati-

cados pelos perturbadores de Paris, não foram punidos. A turvação provocada por erros e ambições que se resolviam, não foi filtrada. Perversos, loucos, insensatos, aluíram diques, destruíram reprêsas, condenaram a utilidade e a beleza de quanto o génio dos séculos e o trabalho das gerações haviam construído. A enxurrada formou-se. Ninguém a conduziu, a desviou para terras maninhas: cederam-lhe campo, abriram-lhe as comportas. E a inundação transvazou; galgou prados, várzeas, jardins; arrazou culturas, idades de esfôrço e de grandeza; trouxe à superfície todo o lôdo, tôda a vaza dos grandes rios e das grandes sociedades; fêz regressar a épocas primárias; e só baixou depois de se escoar pela Europa inteira, deixando a Europa inteira coberta de mil detritos e fermentos daninhos.

A grande obra dos homens de 89, de 92, de 93 e 99, só foi essa. A Na-

ção mais civilizada do Mundo, onde florira a cortesia, a graça, o espírito, a galhardia, a elegância e a finura da Europa, transfigurou-se, de repente, numa selva escura, batida, às ocultas, pelas denúncias, traições, pavores, que acoçavam os homens até que a morte os colhesse. Perante a fome do Povo e a penúria dos govêrnos, sancionou-se a pilhagem, o furto, o roubo, o assassinato. Os membros da Convenção assaltavam igrejas e palácios para fundir alfaias e baixelas; guilhotinavam os ricos para lhes confiscarem os bens; metralhavam o Povo para diminuirem o consumo do pão; trucidavam-se entre si para obterem o mando.

Os metralhadores, despachados de Parìs para as províncias da França, eram louvados pela Convenção conforme o valor das pilhagens e a extensão das matanças. E, diminuído, em França, o produto dos roubos, organizou-se, com os chefes dos Exérci-

tos, o roubo da Europa. Os soldados da Comissão de Salvação Pública e do Directório, rôtos, esquálidos, oferecidos à guilhotina se não vencessem, erravam, além fronteiras, ganhando e perdendo batalhas, saqueando e incendiando para não morrerem de fome e enviarem as preciosidades dos templos, palácios e museus à incapacidade administrativa dos homens de Paris. Até Bonaparte se vangloriou de ter vestido, calçado, municiado e alimentado todo o Exército de Itália, sem um cêntimo francês — e de ter, além disso, mandado, ao Directório, valores incalculáveis.

Repudiada a Ordem assente nas bases espirituais que o Ocidente definira, a disciplina social tomou a primitiva forma da sujeição pelo Terror — e o Poder, lògicamente, apoiou-se no Crime. Desfeita, pela emigração e pela guilhotina, a estrutura do Estado Europeu e dispersos os

seus quadros; esvaziado o Poder do *sentido moral* com que o Ocidente o criara, para o entregarem, *sem vida própria,* á instabilidade dos ocasionais arranjos e combinações políticas; desprezados os princípios de fraternidade, igualdade e piedade que o Cristianismo fizera brotar na alma humana e, pela primeira vez, polìticamente, as Monarquias da Europa haviam sustentado; tornadas risíveis as regras de conduta que não deixassem o campo livre às ambições, invejas, ódios e apetites — a vida social e política, tinha que regressar, como regressou, contorcendo-se, a estados gregários, tornar o egoísmo a única lei de conduta privada e o receio da liquidação e o medo dos credores os únicos inspiradores dos actos de gerência duma sociedade falida.

* * *

Nêsse recuo forçado, tudo se aviltou. A sociabilidade francesa, que escrevera, numa «bergère», com os tons incomparáveis dos Gobelins e dos Beauvais, as cartas de Sévigné, apertada entre a guilhotina e as padarias sem pão, seguia as carrêtas dos condenados, disputava lugares para ver cortar cabeças, bebia sem descanso — e organizava bacanais nos próprios cemitérios. A galantaria parisiense, a fina discrição que velava excessos e azedumes, passando, á vista do cadafalso, a rastejar nas ruas ou a sumir-se nas vielas, deu na fúria simiesca, no trágico *sabbat* esquálido, convulsivo, duma luxúria sem freio, que a desgraça acicatava e os espectros das execuções diárias perseguiam. A graça aveludada ou luminosa das mulheres de que a França tanto se orgulhara

e fizera o seu gôsto e o seu deleite, caíu no vampirismo das «tricoteuses», numa sensualidade histérica e macabra, em que entrava o terror, a fome, o delírio do sofrimento, as alucinações do martírio. Paris, que impusera ás Côrtes da Europa a honra de disputarem o convívio dos seus intelectuais, artistas, lindas mulheres e homens do mundo, tinha que se esquecer dos versos de Racine, para sentir, na carne viva, a baba sanguïnea e as raivas canibais da prosa de Marat.

Foi esta a obra dos discursos e dos oradores. E, externamente, tudo condizia. As decisões dos *clubs* e bêcos de Paris, forçando a França a divorciar-se de si mesma, divorciavam-na também do sentido da sua segurança, do conhecimento da ídole da comunidade europeia e do seu equilíbrio. Decapitado Luís XVI, a França de Filipe Augusto e de Henrique IV, de Richelieu e de Vergennes, de Turen-

ne e de Maurice de Saxe — a França que durante séculos aprendera e ensinara o que se deve exigir com firmeza e o que é necessário ceder com brandura — embora sempre heróica — apareceu, de repente, perante a Europa surpresa, como uma tribo esfomeada e aguerrida, que se atirava, às cegas, para campanhas e conquistas que, ferindo os interêsses de todos, acabariam esmagando-a.

Nem a Convenção nem o Directório, nem o Consulado nem o Império, tiveram uma chancelaria, uma política externa. As pazes assinadas, foram simples armistícios duma guerra contínua. Os diplomatas de Dantou e Robespierre, de Barras e Napoleão foram os canhões que deram Valmy, Austerlitz e Waterloo. Nunca foi possível estabelecer uma harmonia. Esquecera-se a moderação inteligente, a lucida coragem, o instinto europeu da França capetiana. A Europa, como a

França, repelia uma ordem que não era sua. Os governos de Paris, vilipendiando a Ordem natural e tradicional da França, nada podiam entender da *Ordem da Europa,* igual à da França, negada e destruída por êles.

Talleyrand, a mais penetrante e fina sensibilidade intelectual que, sem nunca se perder, sem nunca traír a sua inteligência, sobrevoou os acontecimentos de 89 a 815 — não foi o diplomata do Directório, do Consulado ou do Império. Talleyrand, com todos os seus vícios e qualidades, foi o único francês civilizado que soube atravessar a desordem, desdenhando e sorrindo, alheio à rua e aos donos do momento.

Essa estranha figura de nobre decadente, apareceu, a plena luz, no 18 brumário, ligado a Bonaparte — e logo sublinhou, sempre altaneiro, a comédia, o *bluff*, a insinceridade, a inconsistência das bases do poder de Napoleão.

Talleyrand, como todos os outros, serviu-se a si: foi, antes de tudo, o diplomata de si mesmo. Mas, ao contrário dos outros, sabia o que era compreender; era um europeu; tinha o espírito e as maneiras que a França havia ensinado a todo o Ocidente — e essa sensibilidade de senhor, roçando babugens e confusões gregárias, levou-o, apesar do seu cinismo, a pensar na França e a prestrar serviços à Europa.

Talleyrand, comparsa da Constituinte, namorado pelo Directório, coberto de honrarias pelo Consulado e pelo Império, foi o homem que o Ocidente utilizou para ajudar a desterrar Napoleão e a defender, em Viena, renegando quando tinha a renegar, os princípios superiores do Estado Ocidental e da Comunidade Europeia. Foi êle, o céptico de 89, quem o Destino escolheu para falar da *Ordem Legítima* — e salvar quanto restava da

França, salvando quanto era a Europa e a sua Civilização.

Talvez só para isso, e por isso, Talleyrand foi poupado pela guilhotina e pôde morrer, distante e sereno, entre os seus «bibelots» e os seus fieis. Talleyrand compreendeu que o Ocidente não é, nem pode ser, imperialista na Europa; que a sua Ordem assenta em bases familiares e não em fundamentos guerreiros ou mercantis; que a sua paz e a sua harmonia se elevam do respeito pela independência, pelos interêsses, pela História de cada uma das suas grandes *Famílias nacionais.* Talleyrand foi o finíssimo fio europeu que ligou a França europeia de 89 à França da Europa de 815.

* * *

A lição é clara. Urge acabar com equívocos. Na Revolução Francesa, não houve ideais — houve acasos; não houve propósitos — houve acontecimentos; não houve a criação dum sistema — houve a imitação de instituïções passadas; não houve um fim — houve expedientes, logros, crimes, ambições e desvairos.

Os *princípios* das reformas de 89, que a Monarquia iniciara e a França queria apoiar, não eram o que saíu das intrigas, dos tumultos, das desordens, das matanças, das lutas estéreis das Assembléias ou das promoções de Fouquier Tinville. Se tivesse sido possível preguntar a Voltaire se quereria continuar a ser a espuma da ironia do espírito ocidental ou o correligionário preferido de Saint Just ou do cliente entrapado de Souber-

bielles, Voltaire, sem responder, teria continuado a sua correspondência com o Rei Frederico ou com a Imperatriz Catarina.

As reformas necessárias, exigidas em 89, não foram travadas pela Monarquia — foram impedidas pela Revolução, pela falsa cultura de falsas *elilites* actuando sôbre os movimentos regressivos das massas e os elementos primários da animalidade humana. A parte construtiva da obra do Consulado, realizou-a Bonaparte, como um Regente, retomando a linha evolutiva das Instituïções Monárquicas e chamando, ao Luxemburgo, antigos colaboradores de Versailles.

A Revolução só fêz ruínas que a França sentiu sempre — e ainda não reparou. Por isso mesmo, a inteligência francesa não se iludiu nunca. Para ela Danton foi o «Mirabeau da Canalha», Robespierre «o gato-tigre», Barras o «Rei dos pôdres», Napoleão o

«Robespierre de botas» — ao mesmo tempo que cobria, sem tréguas, de risos e epigramas, as manobras políticas, os «golpes de Estado», as festas, as cerimónias — o fôrro da província e o lixo das mansardas com que os vários governos vestiam e polvilhavam Paris.

Muitas Nações do Ocidente também não se enganaram — e as que não se enganaram não decaíram. A Inglaterra, guerreando sem descanso a Revolução pela falta de *sentido europeu* que ela mostrava, dominou todo o século XIX; a Bélgica — que definira, há muito, as suas liberdades sem precisar de revoluções nem tiranias para as impor — combatendo a Revolução, conquistou a sua independência, fundou a sua Monarquia, ganhou o Congo, contou no concêrto europeu; a Holanda, não se deixando iludir pelos discursos dos deputados nem pelas vitórias dos exércitos, delimitou o seu

território, desenvolveu o seu Império, consolidou a sua Dinastia, fêz-se uma situação internacional; a Prússia tornou-se Alemanha; e as Monarquias do Norte ergueram-se como exemplos de cultura, de civismo, de organização social, de simplicidade, de concordia política, de cortesia, de dignidade e elegância.

Em Portugal, ao contrário, com uma ingenuidade confrangedora, tomou-se como um sério movimento de idéias novas e admiráveis o que não passou duma balbúrdia primeva, dum tumultuoso e sangrento regresso a épocas de materialismo, crueldade e dureza, muito anteriores á Europa — e todos sabem o que isso nos custou.

* * *

Hoje, nas batalhas que, dia a dia, se travam e nas reacções que, dia a dia, elas provocam, erguem-se, com maior fragor, os mesmos perigos, riscos e problemas, que se ergueram dos tumultos de Paris e das reacções que êles provocaram em França. Não há questões de mercados, áreas de produção e de consumo, distribuïções de matérias primas, sistemas económicos, padrões monetários.

Quem o pensar repete, sem saber, o êrro cometido, em 89, por Necker. No fundo das massas encapeladas que arquejam, se chocam e espumam — o que se debate é ainda o Ocidente, a sua Civilização, a sua Ordem, contra estranhos modos de pensar, de sentir, de encarar a Vida, que outros insensatos, outros loucos, outros ambiciosos, querem impor-lhe.

Hoje, sob nuvens mais densas cobrindo ruínas de maior extensão, a hora da Europa é a hora de Talleyrand, em 815. Há que escolher, sem perda dum segundo, entre afirmar a Europa — família, lar, pátrio poder — Nação, Pátria, Autoridade Real — e impô-la, fortalecê-la, na Ordem Moral que o Ocidente criou — ou negá-la e perdê-la.

Deixar abrir uma brecha na disciplina social — é soltar, de novo, árias, urros, babas viscosas, cadafalsos, jorros de sangue — e o tropear esmagador das Legiões de outros Césares. Nada disso. Mas também nada de sistemas aéreos, construções abstractas, ambições veladas — doutrinarismos pedantes de intelectuais sem pensamento que, revoltas as plebes para desgraça sua, entregam o chicote a um domador que nunca sai a tempo e é tombado ou devorado na jaula da sua vaidade.

Há que evoluir, que favorecer, sem solavancos, a grande Renascença Ocidental, sabendo bem o que é o Ocidente, reconhecendo-nos todos, orgulhosos e comovidos, como os únicos e originais criadores dos Estados, da Civilização, da Ordem da Europa.

O Romantismo tentou essa Renascença. Os românticos, porém, foram apenas os desencantados da sociedade e dos tipos saídos da Revolução; os inadaptados e anémicos filhos dos erros acumulados e das guerras contínuas. O Romantismo foi só sentimental: teve como expressão a melancolia e como nervo o desdém. O Romantismo não foi nacionalista: foi individualista — foi, intelectualmente, feudal.

O seu significado é o dum simples protesto emotivo e brilhante contra o classicismo, o materialismo anti-europeu da Revolução. Não partiu da Ordem europeia: partiu de elementos

separados do ponto de partida dessa Ordem.

Corações sensíveis e cérebros anárquicos, os românticos prenderam-se à saüdade da Grandeza Ocidental, sem idéias nem músculos para a continuar. Venerando a Idade-Média, procurando renovar o culto do Passado, cercavam-se de sombras de castelos e erguiam barricadas.

O Romantismo, como um convalescente, não viu a Natureza — viu païsagens. Enlevado nas côres duma existência vivida nobremente e na sinfonia da paixão dos grandes efeitos, não viu a estrutura do Ocidente: sentiu apenas o encantamento de algumas das suas tonalidades — e só produziu novas confusões.

Os românticos não passaram de exilados, rebeldes e generosos sonhadores, no meio da inferioridade crescente. Com os olhos postos nos portais góticos, nos seus delírios, discu-

tiam Deus; e, contemplando a lua, apaixonados pelas pontes levadiças, inventaram o Liberalismo — que logo lhes voltou as costas, a rir dos seus poetas, dos seus oradores, dos seus músicos, dos seus arroubos, para ir, sem demora, enriquecer banqueiros, pondo no lugar das Tôrres de Menagem do século IX os Cofres de Ferro do século XIX.

* * *

A alma ocidental é muito diferente. Nada tem com estados convalescentes, com impulsos sentimentais sem pensamento construtivo. Está muito longe do mercantilismo e do idealismo grego, da agrária secura jurista e militar dos romanos, da crueldade fenícia ou asiática—e também de qualquer lirismo

desgrenhado e febril. Ninguém se perde diante da «Notre Dame» e das Pirâmides; ninguém se confunde diante das Tábuas de Nuno Gonçalves e dos frescos de Pompeia; e ninguém deixa de ver a segurança irradiante e serena dum Memling ou dum Velasquez e a convulsiva exuberância, a insatisfação dolorosa dum Gericault ou dum Delacroix.

A Europa de 44, como a França de 89, tem que rever a sua vida; necessita reformas, precisa abolir «corvées», regalias — os privilégios dos feudais saídos, no século XIX, da oculta aliança do capitalismo com as influências políticas. Tem que pensar no Povo: considerar e nobilitar mais o Espírito, compreender e compensar melhor o Trabalho. O «Terceiro», com razão, volta a reclamar. Mas a lição está dada: a inteligência, como a fôrça muscular, entregue a si mesma, avilta-se, envenena, dá oportunistas

cépticos, cínicos *«meneurs»*, estriões palavrosos, boçais violentos, cegos ambiciosos ou gosadores cansados; e as plebes, exploradas pelos que as sublevam, acabam, no meio das ruínas e desgraças geradas na anarquia, mais escravizadas e pobres.

Na Europa, só o Poder Real sabe conciliar a autoridade forte e a brandura compreensiva, o trabalho e a riqueza, a igualdade e a escolha dos melhores, a liberdade e dignidade do Homem e o interêsse e a grandeza do Estado.

Esta verdade é tão evidente que também apenas nos Países onde nem a loucura de 93 nem a ambição de 99 fizeram escola, os sobressaltos e perturbações da guerra actual não criam crises de regime. Cumpre salvar a Europa, restaurando a Ordem do Ocidente, a Ordem Monárquica, a

única que a definiu e engrandeceu, definindo e engrandecendo as suas Nações.

O maior vulto de tipo ocidental, nasceu perto de Lisboa — e chamou-se Albuquerque. Albuquerque foi a acção voluntária e abnegada, consciente e impessoal, iluminada e realista. Não foi o mando — foi a orientação superior, a autoridade do exemplo, a fôrça da Justiça. Êste actuar sem interêsse próprio; êste engrandecer-se sem pensar em si; êste *conceito superior de servir,* enobrecendo-se na medida em que esmagar vaidades, pessoalismos, misérias comuns e coisas efémeras—*êste sublimar-se*—é o Ocidente.

Albuquerque servindo a sua Fé, a sua Pátria, o seu Rei, serviu, tão grande como nenhum outro, com velhas naus e cansadas tropas, o seu Deus, o seu Continente e a sua Civilização. No momento em que foi entregue a Portugal a obra mais alta e fecunda da Europa, Portugal encontrou

o maior Português e a Europa o maior Europeu.

Até por isso, nêste limiar duma era nova — que as levas humanas batalhando, no Mundo inteiro, anunciam — Portugal, como em quatrocentos, tem deveres a cumprir e exemplos a dar. Foi em Portugal, na Alma Portuguesa — e, com outra feição, na Alma Espanhola — que a Espiritualidade Europeia, a maior altura brilhou — e fêz prodígios.

Nenhuma outra Cruzada valeu a Cruzada Portuguesa. Os mais fracos da Península, foram os primeiros a definir e a acabar o Estado Europeu; os mais pobres da Europa, foram os primeiros a dar à Europa continentes e oceanos ignorados. Essa mesma fôrça, guiada bela mesma Fé, manda-nos ser os primeiros a crer na Europa, a traçar à Europa, luminosamente, a rota do seu Espírito, como lhe traçámos em Quatrocentos, as rotas dos Oceanos.

ANTÓNIO DE SÈVES

A Europa aguarda. Fora do Poder Real, tôdas as experiências faliram. O calvário da França elucida. Só vence quem não se nega a si próprio. E, na luta entre as conveniências passageiras e os interêsses superiores que as ultrapassam — acomodatícios e clarividentes, covardes e heróis, obscuros e lucidos — tudo e todos responderão pelo que fizerem dum momento que tanto pode ser uma nova aurora europeia como um pesado e augustioso crepúsculo.

23 de Maio de 1944.

NOTA

Muitos pontos de vista, apontados nestas páginas requerem desenvolvimento. Só desenvolvidos evidenciariam o pensamento que os guiou, o ângulo crítico que mediu e esclareceu o que fixam. Isso, porém, desequilibraria; daria desproporcionados volumes nas respectivas passagens; quebraria o ritmo e a harmonia do que não passa, na tonalidade geral do conjunto, duma exposição animada e contida nos limites despretensiosos duma simples conversa.

Convém, no entanto, explicar que, ao sustentar-se que a Europa nunca deixou formar impérios no Continente, se toma a palavra *Europa* no seu sentido *ocidental* e se lembra que tôdas as tentativas, ocasionais ou deliberadas, que pretenderam criar grandes impérios no Ocidente europeu, se malograram irremediàvelmente na resistência das nações ocidentais que lutaram, ou foram levadas a lutar, contra propósitos ou acasos que terminariam absorvendo-as.

Se, com as várias tribos do Oriente e do Nordeste europeu, foi possível organizar o Império Russo e, no

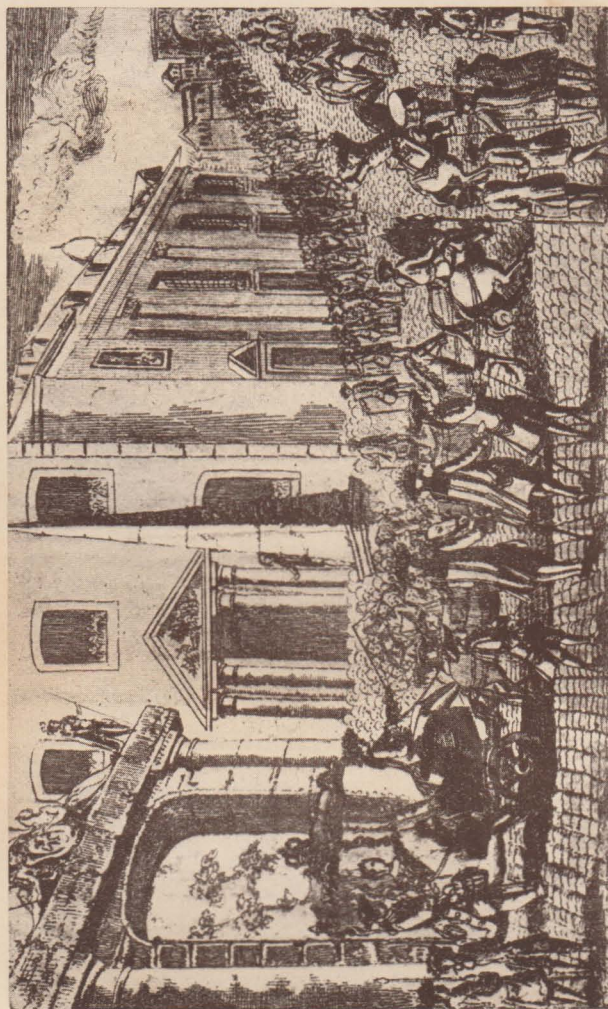
Centro da Europa, fraquezas locais, fatalidades políticas ou mais vivas e próximas lembranças de Roma, facilitaram a vida do Império Germano-Austro-Hungaro — que nunca, no entanto, deu provas de unidade ou entendimento estável—no Ocidente, o *nacionalismo* que venceu o recente espírito feudal, venceu igualmente o antigo espírito imperialista.

O Ocidente — a que o Cristianismo deu simultâneamente alma *familiar* e *universalista*, como Portugal e a Espanha demonstraram — fundou impérios em África, na Ásia, nas Américas, na Oceania, dilatando a sua Fé e o seu domínio; mas deixou, ao mesmo tempo, nas próprias Terras sujeitas, e dum grau de civilização diferente e inferior, êsse mesmo germen nacionalista que o caracteriza e, no decorrer dos séculos, as tornou, unidas, como no Brasil, ou divididas, como na América espanhola, em verdadeiras nações.

Há também no texto, algumas *gralhas*, vírgulas, pontos e vírgulas, e traços a mais ou deslocados. Tudo é, porém, fàcilmente reparável. E também não é difícil

aperceber que, tendo estas páginas sido escritas para serem proferidas, elas se ressentem duma pontuação destinada, inicialmente, a facilitar entoações e modos *de dizer*. Por isso só há que notar directamente, na enumeração das experiências políticas ensaiadas depois de 93, a falta de referência ao *Directório*, a paginas 54, devida a um *salto* de cópia ou de composição. Quanto á bibliografia — ela é vasta demais para não parecer um pretensioso estendal; e o problema, como se apresenta, foi meditado o bastante para não exigir fáceis citações.

LUÍS XVI

MARIA ANTONIETA

CHEGADA DE MARIA ANTONIETA A ESTRASBURGO

(GRAVURA DA ÉPOCA)

Exemplar n.º 245

Pertencente a Astrogildo Fernandes.

A pedido do autor foi substituído o retrato a talhe doce pelas estampas que ilustram o texto